

Agricultura, goma-arábica e diplomacia no vale do rio Senegal: Os emirados Brakna e Dowiche na primeira metade do século XIX

Agriculture, Gum Arabic, and Diplomacy in the Senegal River
Valley: The Brakna and Dowiche Emirates in the First Half of the
19th Century

*Lucas Oliveira Ribeiro*¹

RESUMO

¹ Candidato a mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: riboluc@gmail.com.

Este artigo discute a relação entre o comércio de goma-arábica, a expansão comercial europeia e o agravamento da desigualdade social no vale do rio Senegal do século XIX. Para tanto, realizo uma análise crítica de tratados firmados entre a administração do entreposto francês de São Luís e os emirados Brakna e Dowiche, situados na margem setentrional do rio Senegal. Os documentos encontram-se depositados nos Arquivos Nacionais do Senegal, em Dacar. Argumento que o comércio de goma-arábica facilitou a integração de sociedades do interior africano aos mercados mundiais, mas fundamentou um projeto de desenvolvimento agrícola e comercial, avançado pelo governador Julien Schmaltz na década de 1820, que sujeitou trabalhadores nativos a condições degradantes. Assim, concluo que os efeitos do comércio de goma-arábica sobre a região variaram conforme a camada social e a inserção de cada sociedade nas redes comerciais.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura; Goma-arábica; Rio Senegal; Tratados.

ABSTRACT

This article discusses the relationship between the gum arabic trade, European commercial expansion, and the deepening of social inequality in the nineteenth-century Senegal River Valley. To this end, I conduct a critical analysis of treaties established between the administration of the French trading post of Saint-Louis and the Brakna and Dowiche emirates, located on the northern bank of the Senegal River. The documents are housed in the National Archives of Senegal, in Dakar. I argue that while the gum arabic trade facilitated the integration of inland African societies into global markets, it also underpinned an agricultural and commercial development project, promoted by the Governor Julien Schmaltz in the 1820s, that subjected native workers to degrading conditions. I conclude that the effects of the gum trade on the region varied according to social class and the extent to which each society was embedded in local commercial networks.

KEYWORDS: Agriculture; Gum arabic; Senegal River; Treaties.

Introdução

Neste artigo, discuto como o comércio de goma-arábica — a resina extraída do *Acacia senegal*, um arbusto espinhoso endêmico da faixa meridional do deserto do Saara, o Sahel — se articulou à expansão comercial europeia e ao fortalecimento da desigualdade social no vale do rio Senegal oitocentista.² Após contextualizar o comércio de goma-arábica e suas funções para as sociedades africanas e europeias, analiso os tratados estabelecidos com os emirados Brakna e Dowiche e as consequências econômicas e políticas de sua relação com os europeus. Mostro, então, como o comércio euro-africano produziu uma cultura comercial compartilhada pelas sociedades do vale do rio Senegal. Concluo com comentários sobre os efeitos de curto e de longo prazo sobre os emirados em questão.

As sociedades da margem setentrional do rio Senegal, chamadas de “mouras” na documentação francesa, foram fundamentais para a circulação da goma-arábica. O designador foi utilizado por administradores e viajantes franceses para referir-se às comunidades nômades do deserto do Saara. O uso de “mouro” decorre de representações europeias sobre a África Setentrional: os “mouros” encontrados pelos navegadores europeus seriam os descendentes dos atlantes descritos pelos antigos (GOLBÉRY, 1802, p. 295-296). Tratava-se de explicar o desconhecido por uma tradição intelectual familiar. Por outro lado, as sociedades saarianas entendem-se, variadamente, como descendentes de árabes, berberes e diversas outras povoações humanas (fulas, jalofo, mandingas etc.) que se estabeleceram na região ao longo do tempo (HALL,

² Este artigo é um desdobramento de meu Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2023. Sua execução foi possibilitada pelo custeio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), à qual agradeço. Sou grato, também, aos comentários dos pareceristas sobre o rascunho original deste artigo.

2011; NOBILI, 2012). A partir do século XVII, a fundação dos emirados Brakna, Dowiche e Trarza reorientou os rumos do comércio de goma-arábica no vale do rio Senegal.



Imagem 1: Mapa da África Ocidental, delimitando os principais emirados do Saara oitocentista (LYDON, 2009, p. XXIII).

As sociedades saarianas são maioritariamente muçulmanas. Pouco tempo depois de seu surgimento, na península Arábica do século VII, o islã cruzou o Grande Deserto, e as comunidades locais adotaram-no a diferentes

ritmos.³ Mesmo sua transmissão por sacerdotes saarianos às sociedades ao sul do rio Senegal pode ser remetida ao século XVI (MOTA, 2018). Durante o século XIX, a mesma classe sacerdotal foi central para o abastecimento dos mercados da região com a goma-arábica. O estatuto jurídico da mercadoria chegou a fomentar acalorados debates jurídico-teológicos no interior do deserto (OULD-CHEIKH, 2024). Finalmente, o islã influenciou as relações estabelecidas entre africanos e europeus no continente. O uso do árabe como *lingua franca* no vale do rio Senegal talvez seja o mais claro indício de seu impacto. Também foram comuns invocações ao nome divino para dar início a negociações. Por isso, afirmo que os contatos euro-africanos foram facilitados pelo recurso a um universo sagrado comum, embasado nas religiões abraâmicas.⁴

As sociedades da África e da Europa utilizam a goma-arábica há centenas de anos. Nas sociedades europeias, seus usos incluíam o dimensionamento de tecidos, a douração, o enrijecimento de chapéus, a preparação de doces e a produção de cola, papel e tinta (WEBB JUNIOR, 1985, p. 149). Nas sociedades saarianas, suas funções compreendiam o espessamento de bebidas, o envernizamento de paredes de barro, a pintura de madeira, a produção de cola e de cosméticos e o tratamento de certas enfermidades, como a diarreia (WEBB JUNIOR, 1995, p. 99). Curiosamente, a goma-arábica também desempenhou um papel central no florescimento da cultura literária em ambos os continentes: na África, misturavam-na com carvão e com água ou saliva para produzir tinta (*samgha*); na Europa, empregavam-na como aglutinante para encadernar livros (LYDON, 2009, p. 103-104). A partir do século XVII, seus usos

³ Para uma abordagem generalizada, mas tradicional, da islamização das sociedades ao sul do Saara, veja SALVAIN, B. Islam in Sub-Saharan Africa, 800-1900. In: NGOM, F.; KURFI, M.; FALOLA, T. (org.). **The Palgrave handbook of Islam in Africa**. Londres: Palgrave Macmillan, 2022.

⁴ Não quero dizer, com isso, que suas relações tenham sido isentas de conflitos — somente que cristãos e muçulmanos encontraram um ponto em comum em sua formação religiosa compartilhada, acessando-a ocasionalmente.

estenderam-se consideravelmente, em decorrência da industrialização do continente nortista; em especial, as indústrias de tecido europeias passaram a servir-se da goma-arábica para produzi a chita (WEBB JUNIOR, 1995, p. 99). Na atualidade, seu emprego concentra-se nas indústrias alimentícia e farmacêutica de todo o mundo (FRAZÃO-MOREIRA, 2013).

O funcionamento do comércio de goma-arábica dependia da contribuição de trabalhadores empregados em diferentes setores. Sua coleta, em particular, cabia a trabalhadores escravizados (*bḍūla*) sujeitos à autoridade dos emires e de sacerdotes muçulmanos. Segundo James Webb Junior (1985, p. 154-155), cerca de cinquenta indivíduos ocupavam-se das florestas de acácia quotidianamente, coletando entre um e três quilogramas da resina por dia. No século XIX, a coleta iniciava-se em novembro, quando se aproximavam os ventos secos oriundos do Oriente. Em especial, o Harmatão, um vento frio e seco proveniente do nordeste do deserto do Saara, carregava areia suficiente para impactar negativamente a agricultura, o clima e a saúde das comunidades da África Ocidental. Mas o estresse que causava às cascas das acácias entre novembro e março possibilitava que a coleta mais volumosa da goma fosse realizada entre os meses de abril e maio (CURTIN, 1975, p. 216). Anualmente, cerca de oitocentos gramas eram secretados das pequenas árvores espinhosas (WEBB JUNIOR, 1985, p. 153).

Nas margens do rio Senegal, comerciantes africanos e europeus encontravam-se em mercados denominados “escalas” (*escales*) e controlados pelos potentados locais. Entre novembro e janeiro, durante o pequeno trato (*petite traite*), quantidades reduzidas da goma-arábica eram negociadas. Por sua vez, o grande trato (*grande traite*), realizado entre janeiro ou fevereiro e julho, correspondia ao período de maior atividade econômica da região (WEBB JUNIOR, 1995, p. 118-119). A goma era comprada por peças de Guiné — pedaços de tecido índigo amplamente valorizados por sua qualidade e

tonalidade entre os comerciantes saarianos. Apesar de seu nome, as peças de Guiné provinham de manufaturas têxteis da cidade indiana de Pondicherry (CURTIN, 1975, p. 237). Assim, fazem-se explícitas as conexões existentes entre os mercados da África, da Ásia e da Europa já no século XVIII.

Contudo, a realização do comércio nos mercados à beira-rio cabia, principalmente, aos *laptots*. A origem do termo “laptot” é incerta, mas uma das hipóteses sugere que advém da combinação entre a palavra *matelot* (marinheiro, em francês) e a expressão jalofo *lappato bi*, que faz referência a uma de suas funções principais: a de intermediários ou intérpretes (FARIAS, 2022, p. 306). Após a proibição da introdução de novos trabalhadores escravizados em possessões francesas, em 1823, um número considerável de laptots passou a integrar a categoria jurídica de temporariamente contratados (*engagés à temps*), cujas condições de trabalho não eram muito diferentes das da escravidão (KLEIN, 1998, p. 23-24). Naturais, em sua maioria, do interior da África Ocidental, os laptots ajudaram a suprir a demanda por mão de obra dos estabelecimentos franceses nas primeiras décadas do século XIX. Como evidencia Juliana Farias (2022), os laptots foram fundamentais para o desenvolvimento econômico do entreposto de São Luís.

É importante salientar o contexto socioeconômico do final da década de 1810. Segundo Farias (2002, p. 284), o governo da Restauração Francesa, engajado no combate ao comércio de seres humanos, acatou as determinações do Congresso de Viena, em 1814–1815, e do Tratado de Paris, em 1814. Em seguida, uma ordenança real de 7 de janeiro de 1817, ratificada pela legislação de abril de 1818, estabeleceu o confisco das embarcações envolvidas. Seus capitães seriam punidos, e os indivíduos escravizados a bordo seriam apreendidos e empregados em obras públicas. A criminalização do comércio de seres humanos afetou tanto a economia das sociedades africanas quanto a das europeias.

O comércio de goma-arábica intensificou-se entre os séculos XVIII e XIX. A criminalização do comércio de seres humanos, em particular, contribuiu para impulsioná-lo no vale do rio Senegal — afinal, no contexto de transição para o comércio “legítimo”, a administração francesa teve de encontrar meios para adaptar suas fontes de rendimento à nova situação.⁵ No século XIX, as exportações são-luisenses da resina aproximavam quinhentas toneladas métricas anuais (KLEIN, 2009, p. 151). Entre 1818 e 1837, o valor anual total do comércio local aumentou de dois para doze milhões de francos; durante a década de 1840, cerca de três mil mercadores participavam no comércio gomeiro (WEBB JUNIOR, 1985, p. 156). Enquanto isso, no interior do deserto, quantidades significantes da mercadoria eram transportadas até os mercados marroquinos, de onde seguiam para a África Setentrional e a Europa (LYDON, 2009, p. 135). No imaginário coletivo da época, o comércio de goma-arábica representava um caminho rápido e promissor para o enriquecimento (WEBB JUNIOR, 1985, p. 156).

Entre as décadas de 1870 e de 1880, o comércio de goma-arábica definiu progressivamente. Os especialistas sinalizam para dois fatores distintos, mas interligados. O primeiro foi o contraste entre uma demanda cada vez maior pela mercadoria e um entendimento relativamente limitado de seu ciclo natural. Como resultado, suscitou-se uma crise comercial, marcada pela importação exagerada de peças de Guiné, por um lado, e pela escassez da mercadoria disponível localmente, por outro. Os tecidos indianos também inflaram os mercados do interior do Saara (WEBB JUNIOR, 1985, p. 164).⁶ O

⁵ Para uma introdução à crise de adaptação, veja LAW, R. Introduction. In: LAW, R. (org.) **From slave trade to “legitimate” commerce: The commercial transition in nineteenth-century West Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

⁶ Para entender melhor a inflação experimentada pelas sociedades da África Ocidental, veja GREEN, T. Africa and the price revolution: Currency imports and socioeconomic change in West and West-Central Africa during the seventeenth century. **The Journal of African History**, [s. l.], v. 57, n. 1, p. 1–24, 2016.

segundo fator, de natureza externa, está relacionado ao aumento da produção da resina na colônia inglesa do Sudão. A partir de meados do século XIX, os preços da goma oriunda da África Ocidental estavam muito elevados, e o Sudão nilótico retomou o lugar que ocupara por aproximadamente trezentos anos como principal fornecedor da resina para a Europa (CURTIN, 1975, p. 217). Embora o comércio de goma-arábica tenha decaído após a década de 1870, caravanas permaneceram ativas na região, transportando o “ouro” saariano até os mercados senegaleses, e além, ao longo do século XX.

Emirado Brakna

O emirado Brakna, margeado pelo emirado Trarza, a oeste, e pelo emirado Dowiche, a leste, foi fundado no médio vale do rio Senegal em torno do século XVIII. Suas origens encontram-se nos Banu Maghfar — uma coalização de pequenas comunidades que se fortaleceu politicamente durante o século XVII. Nos dois séculos seguintes, suas relações comerciais com os europeus foram intensificadas em razão de sua participação no comércio de goma-arábica. Para Raymond Taylor, o contato com a economia do rio Senegal levou à diversificação das funções econômicas e políticas dos Brakna, provocando o surgimento de novas identidades sociais. Os grupos identificados nos documentos oitocentistas resultariam de um reordenamento identitário que aconteceu ao longo do século XVIII (TAYLOR, 1995, p. 423-424).

Na documentação consultada, o primeiro tratado estabelecido pelos franceses com o emirado Brakna, datado de 10 de maio de 1785, é muito semelhante aos firmados com o emirado Trarza e com os marabutos Darmankour, dois outros grupos centrais no comércio de goma-arábica. O documento, concebido a fim de estreitar os laços econômicos e políticos entre o entreposto francês e o emirado saariano, permite argumentar que os franceses

aspiravam ao monopólio do trato desde a década de 1780. Nesse sentido, reivindicavam toda a resina coletada pelas sociedades da região.

Bem como os demais, o emir Brakna, Ahmed Mokhtar, comprometeu-se a interromper o comércio realizado pelos ingleses em Porto d'Arco.⁷ Caberia a ele impedir a chegada de caravanas ao entreposto costeiro e fornecer a mercadoria em abundância à companhia de comércio francesa: "Ahmed Mokhtar promete e compromete-se a despender todos os seus esforços para fornecer anualmente à companhia o comércio de goma mais abundante possível".⁸ Ademais, "Ahmed Mokhtar, considerado o árbitro do preço da goma e da medida do cantar,⁹ promete ainda e obriga-se a regradar anualmente o pagamento do dito cantar ao preço mais baixo possível e de fixar sua medida conformemente ao cantar de que a precedente companhia costumava servir-se".¹⁰

Por meio do tratado, definiu-se que Ahmed Mokhtar permitiria que a companhia de comércio construísse um entreposto na vila de Podor, distante por alguns quilômetros de São Luís. Trata-se de uma concessão de terra por parte de uma autoridade africana a comerciantes europeus para a construção de

⁷ Entre os séculos XVII e XVIII, Porto d'Arco foi um dos mercados mais importantes da região para o comércio euro-africano. Localizado na costa mauritana, ele foi cada vez menos frequentado ao longo do século XIX, à medida que comerciantes franceses e ingleses encontravam melhores condições de comércio em outras paragens.

⁸ "Ahmed Mokhtar promet et s'engage de faire tous ses efforts pour procurer annuellement à la compagnie la traite de gomme la plus abondante possible." Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L'Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 23. Todas as traduções foram feitas, do francês ou do inglês para o português, pelo próprio autor.

⁹ O cantar é a unidade de medida utilizada na documentação para a mensuração da goma-arábica.

¹⁰ "Ahmed Mokhtar, considéré comme l'arbitre du prix de la gomme et de la mesure du kantar, promet encore et s'oblige de régler annuellement le paiement dudit kantar au plus bas prix possible, et de fixer sa mesure conformement au kantar dont la précédente compagnie était en usage de se servir". Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L'Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 23-24.

um armazém, e não de uma conquista territorial. Dessa forma, a companhia seria capaz de organizar-se para o comércio, racionalizando suas funções: “A companhia terá a liberdade de estabelecer, assim que o julgar propício, um entreposto em Podor, em que manterá empregados e mercados próprios ao comércio que ali se faz, seja em goma, cativos, marfim e outros objetos [...]”.¹¹ A companhia também teria a liberdade de construir, onde lhe parecesse conveniente, outros entrepostos para o mesmo fim no emirado saariano.

Além disso, Ahmed Mokhtar seria responsável pela defesa dos entrepostos construídos, guardando-os de “todo insulto ou avarias quaisquer”.¹² Esse artigo não só sugere um contexto marcado pela competição e pela violência como destaca a capacidade militar das sociedades saarianas. A contração de uma aliança militar com o emirado Brakna é necessária para a integridade dos estabelecimentos franceses na região.

Pelo tratado de 10 de maio de 1785, Ahmed Mokhtar permitiu que a companhia de comércio francesa expandisse suas operações no vale do rio Senegal, fomentando o comércio de goma-arábica. Para o emir, a manutenção de relações comerciais com o entreposto francês seria vantajosa. Suas exportações para São Luís, que incluíam marfim e seres humanos, parecem não ter sido tão importantes para sua economia quanto a goma-arábica, se for considerada a centralidade que o tratado lhe atribui: “A todo tempo e em todas as circunstâncias, Ahmed Mokhtar promete e obriga-se a favorecer em tudo as operações da companhia, e particularmente seu comércio de goma [...]”.¹³ Os

¹¹ “La compagnie aura la liberté d’établir, aussitôt qu’elle le jugera à propos, un comptoir à Podor, ou elle tiendra des marchandises propres à la traite qui s’y fait, soit en gomme, captifs, morfil et autres objets [...].” Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 21.

¹² “[...] de toute insulte ou avaries quelconques.” Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 22.

¹³ “Dans tous les temps et dans toutes les circonstances, Ahmed Mokhtar promet et s’oblige de favoriser en tout les opérations de la compagnie, et particulièrement sa traite de gomme

tributos resultantes do acordo — balas, barris de pólvora, espingardas de tiro único, mãos de papel, peças de Guiné, pederneiras, pentes de madeira, entre outros — também beneficiariam os cofres reais.

A centralidade do emirado Brakna para o comércio de goma-arábica foi reconhecida por outros europeus. Após conquistarem São Luís em 1809, os ingleses rapidamente regularizaram seus negócios com o emir. O tratado resultante de suas negociações, datado de 7 de junho de 1810, e mais outro, estabelecido com o emirado Trarza, são os únicos instituídos entre representantes africanos e ingleses em toda a documentação. O fato de focarem o comércio de goma-arábica é mais uma evidência de sua relevância para o comércio da região.

Segundo o documento, a reunião decorreu de um interesse comum pela normatização de relações. As condições dispostas determinavam que a qualidade e a quantidade das mercadorias demandadas como tributo pelo emir seriam estipuladas em conjunto com os representantes ingleses e que cada signatário reteria uma cópia do acordo. Quando ausente, o emir consentiria que seu primeiro-ministro atuasse em seu lugar. Os tributos deveriam ser pagos em três prestações: 1/3 quando a embarcação inglesa medisse seu primeiro barril; 1/3 quando estivesse carregada até a metade; e 1/3 quando estivesse preenchida. Ao fim das transações, o emir entregaria um recibo aos comerciantes ingleses.

Destaca-se que os interesses das autoridades africanas não foram descartados durante as negociações. Pelo contrário, seu consentimento era fundamental para legitimar o comércio, uma vez que um recibo deveria ser entregue aos comerciantes ingleses no momento de sua finalização. Outra indicação de sua importância para o trato é o fato de que a tomada inglesa do Senegal não pareceu incomodar os soberanos locais: seus negócios foram

[...].” Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 24.

preservados, e, embora se tenham comprometido em 1785 com a suspensão do comércio inglês, as autoridades Brakna não se mostraram muito preocupadas em concretizar suas promessas naquele momento.

Segundo P. Curtin (1975, p. 111), a conquista de São Luís pela Inglaterra em 1809 pode ser encarada como um episódio de uma série de hostilidades trocadas com os franceses desde o século XVIII: “Mas de 1757 a 1815, a Grã-Bretanha e a França estiveram em guerra por mais da metade do tempo, e guerra alhures significava ataques e contra-ataques na Senegâmbia também [...]”.¹⁴ São Luís manteve-se sob o controle dos ingleses até 1817. Esse hiato explica a passagem de tratados firmadas pelos franceses em 1806 para dois tratados ingleses em 1810 — justamente os mencionados acima — e, em seguida, para documentos apenas a partir de 1819.

A conquista inglesa de São Luís não é expressamente mencionada na documentação. Ainda assim, não me parece que ela tenha perturbado a ordem econômica e política vigente. Nesse sentido, é curioso encontrar o nome de Charles Porquet — sobre o qual careço de informações adicionais — entre as testemunhas do tratado estabelecido com o emirado Trarza. Apesar de seu nome francês, Porquet permaneceu prefeito de São Luís durante a ocupação inglesa. Ademais, é notório que os tratados tenham sido escritos em francês. O único elemento inglês presente em todo o documento é o que assina sua última linha: “Por ordem do lugar-tenente governador Heddle”.¹⁵

Durante o período contemplado, o emirado Brakna esteve ativo no comércio de goma-arábica. Há cálculos comerciais e políticos claros nos compromissos assumidos com os vários comerciantes europeus. Nesse sentido, é imperativo não perder de vista os interesses das autoridades africanas em seu

¹⁴ “But from 1757 to 1815, Britain and France were at war more than Half the time, and war elsewhere meant raids and counter-raids in Senegambia as well [...]”

¹⁵ “By order of the L^t. Gouv^r. Heddle.” Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 68.

trato com os estrangeiros. O comércio realizado nas feiras reais era lucrativo, o que atraía tanto a atenção de comerciantes europeus quanto de príncipes africanos.¹⁶

Com o passar do tempo, o emirado Brakna enfraqueceu-se politicamente. É tentador relacionar sua fragilidade à participação no comércio europeu. No ano de 1819, registra-se uma confissão indireta do emir Ahmadou Ould Sidy Ely sobre a relevância do comércio com os franceses para sua sociedade: “Reconhecendo que sua principal riqueza provém do comércio que os franceses vêm fazer em sua escala, não tendo maior interesse do que o conservar e querendo acima de todas as coisas garantir para sempre a boa inteligência que existe entre eles [os franceses] e ele [...]”.¹⁷ Ainda assim, é possível questionar a extensão de sua fragilidade econômica no fim da década de 1810.

A 20 de maio de 1819, Ahmadou, “[...] sentindo que o comércio da goma, que dificilmente resistirá à concorrência de produtos mais preciosos [...]”,¹⁸ concluiu com o administrador francês Julien Schmaltz um tratado que objetivava induzir a prosperidade econômica de suas respectivas sociedades. Segundo os franceses, o caminho para o desenvolvimento econômico do emirado Brakna estaria na colonização de seu território.

A colonização de terras nativas definiu um ambicioso projeto de crescimento econômico. Logo após o retorno dos franceses a São Luís, em 1817,

¹⁶ Com efeito, Malacco (2024) mostra como, durante o século XVII, mesmo grupos que não participavam diretamente da colheita da goma, como o reino Waalo, se beneficiavam de seu comércio, graças aos impostos cobrados aos mercadores que atravessavam seus territórios.

¹⁷ “Reconnaissant que sa principale richesse provienne du commerce que les français viennent faire à son escale, n’ayant pas de plus grand intérêt que de le conserver et voulant par dessus toutes choses assurer pour toujours la bonne intelligence qui existe entre eux et lui [...]”. Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 94-95.

¹⁸ “[...] sentant que le commerce de la gomme, qui ne soutiendra qu’une peine, la concurrence des produits plus précieux [...]”. Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 95.

Schmaltz foi seu principal promotor. Referindo-se ao ideal do empreendimento, Farias (2022, p. 299) escreve:

Apresentada diretamente por Schmaltz ao Barão Portal, Ministro da Marinha e das Colônias, a proposta de transformar aquelas possessões em uma colônia agrícola estava em consonância com um ideal abolicionista de desenvolver culturas próprias na África, usando a força de trabalho local, o que, afinal, também poderia colaborar para debelar o comércio de escravizados.

De fato, o tratado esclarece que “A intenção do governo francês [é] que todos os estabelecimentos que formar sejam explorados por braços livres”.¹⁹ O desenvolvimento das sociedades do vale do rio Senegal passaria, então, pelo cultivo da terra. Os documentos consultados não explicitam que sementes seriam plantadas, à exceção do algodão. Farias (2022, p. 299) afirma que se apostava também no cultivo da cana-de-açúcar, do índigo e de diferentes oleaginosas.

A expansão agrícola consequentemente solucionaria outros dois problemas enfrentados pela administração são-luisense. Por um lado, como assinala Farias (2022, p. 297), o entreposto francês dependia de mantimentos importados do sertão oeste-africano: “Sem qualquer tipo de produção agrícola, a população das ilhas dependia das provisões que vinham do interior do continente para sua sobrevivência”. A formação de plantações nas margens do rio Senegal minimizaria a escassez alimentar dos estabelecimentos franceses.

¹⁹ “L’intention du gouv^t. français étant que tous les établissemens qu’il formera soient exploités par des bras libres [...]” Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 98. É importante dizer que nem todos os tratados referentes às plantações francesas determinavam que elas fossem cultivadas por mãos livres. O caráter compulsório do trabalho realizado em algumas delas é, inclusive, abertamente reconhecido: Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 102-106; 122-135.

Por outro lado, Webb Junior (1995, p. 115) argumenta que áreas agrícolas sob o controle de São Luís o tornariam mais independente economicamente, desvinculando-se do comércio de goma-arábica: “Com o desaparecimento do comércio exportador de escravos depois de 1790, São Luís tornou-se crescentemente dependente do comércio de goma, e a atividade comercial da colônia concentrou-se no baixo rio Senegal”.²⁰ Por conseguinte,

Essa dependência foi alarmante porque os comerciantes europeus e mestiços tinham pouco controle sobre o fornecimento de goma, que podia flutuar grandiosamente de ano para ano; e depois da reocupação francesa do Senegal em 1817, a administração colonial tentou diversificar as fontes de enriquecimento da colônia (WEBB JUNIOR, 1995, p. 115).²¹

Afinal, o comércio de goma-arábica respondia a instituições econômicas e políticas autóctones. Além disso, a possibilidade de uma colheita abundante dependia de fatores naturais específicos. Por esses motivos, o comércio gomeiro seria caracterizado por uma instabilidade desconcertante. Daí, a administração de São Luís ter-se-ia lançado em busca de fontes de renda alternativas.

Entretanto, mesmo os africanos enfrentavam contratempos com o comércio de goma. Cabe esclarecer que não encontrei indícios contundentes da retração comercial receada pelo emir Ahmadou. Embora seja possível que a mercadoria tenha passado por uma desvalorização local, o trato continuou animado em outras regiões. Independentemente de sua factualidade, Ahmadou dispôs-se, tal como os franceses, a variar sua fonte de renda. Esperava-se que as

²⁰ “With the withering away of the export slave trade after 1790, Saint-Louis became increasingly dependent upon the gum trade, and the colony’s commercial activity became concentrated on the lower Senegal.”

²¹ “This dependence was cause for alarm because the European and métis traders had little controlo f the supply of gum, which could fluctuate greatly from year to year; and after the French reoccupation of Senegal in 1817, the colonial administration attempted to diversify the sources of the colony’s wealth.”

novas plantações aumentassem “[...] os recursos e a prosperidade, tanto da França quanto do país ocupado pelos Brakna”.²²

De todo modo, Schmaltz ainda tinha de decidir que trabalhadores empregar nas novas lavouras. Com o comércio de seres humanos recentemente criminalizado, o entreposto francês não dispunha à altura de uma mão de obra abundante. Embora diversas soluções tenham sido propostas, o cultivo das plantações foi feito, pelo menos inicialmente, por trabalhadores fornecidos pelas próprias autoridades locais (FARIAS, 2022, p. 299).

Assim como os chefes Waalo — reino localizado na margem meridional do rio Senegal — naquele mesmo ano, Ahmadou “promete [prometia] fazer concorrerem com a limpeza e com as plantações das terras, assim como com os trabalhos de toda espécie dos ditos estabelecimentos, os cultivadores submetidos a sua autoridade [...]”.²³ Portanto, os próprios súditos do emir saariano ofereceriam seu trabalho para o desenvolvimento do entreposto francês e do emirado Brakna. Conforme o tratado, Ahmadou deveria fornecê-los “nas mesmas condições que aquelas feitas com o país do Waalo, do que lhe damos comunicação e do que declara ter pleno conhecimento”.²⁴ Cabe repeti-las inteiramente:

Será pago ademais anualmente pelos proprietários a cada chefe de vila que fornecerá cultivadores indígenas, um valor de

²² “[...] les ressources et la prospérité, tant de la France que du pays occupé par les Bracknas [...].” Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 93.

²³ “[...] promet de faire concourir aux défrichemens et plantations des terres, ainsi qu’aux travaux de toute espèce desdits établissemens les cultivateurs soumis à son autorité [...].” Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 99.

²⁴ “[...] aux mêmes conditions que celles faites avec le pays de Walo dont on lui a donné communication et dont il déclare avoir pleine connaissance.” Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 99.

quatro barras por cabeça de indivíduo. Em razão da dita alocação, que só será paga quando o contrato assumido pelos trabalhadores relativamente aos proprietários tiver sido completamente cumprido, os chefes de vila comprometem-se e prometem empregar todo o seu poder para assegurar sua execução, e substituir dentro de um prazo de quinze dias a contar da demanda que lhes será feita os desertores, os doentes ou os mortos sob pena para eles de perderem toda a alocação pelo indivíduo faltante se eles não se conformarem exatamente a esta estipulação.²⁵

Apesar de se afirmar que os contratados poderiam negociar “a natureza, a duração e o preço de seu trabalho”,²⁶ a realidade do trabalho nas lavouras era precária. Além disso, os contratados são considerados substituíveis, o que escancara a resiliência de formas de tratamento muito similares às da escravidão, mesmo após sua repressão. Apesar de oficialmente suspenso, o comércio de seres humanos perdurou, e, com ele, sobreviveram relações de trabalho caracterizadas pela exploração. No que se refere, em particular, às semelhanças entre a escravidão e o sistema de contratação temporária, Farias (2022, p 324-325) escreve: “Cativeiro e *engagement* [contratação] eram separados por fronteiras muito tênues, quase imperceptíveis [...]”, podendo esta facilmente “se transformar em cativeiro puro e simples”.

²⁵ “Il sera payé en outre annuellement par les propriétaires à chaque chef de village qui fournira des cultivateurs indigènes, une valeur de quatre barres par tête d’individu. En raison de ladite allocation, qui ne sera payée que lorsque l’engagement pris par les travailleurs envers les propriétaires aura été complètement rempli, les chefs de villages’engagent et promettent d’employer tout leur pouvoir à en assurer l’exécution, et de remplacer dans un délai de quinze jours à dater de la demande qui leur en sera fait eles déserteurs, les malades ou les morts sous peines par eux de perdre l’allocation entière pour l’individu manquant s’ils ne se conformaient pas exactement à cette stipulation.” Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 73-74.

²⁶ “[...] la nature, la durée et le prix de leur travail [...].” Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 73.

Confrontado com a possibilidade de enriquecer, o emir Brakna não hesitou em submeter seus súditos a condições precárias de trabalho. Chamo à atenção, aqui, a existência de camadas sociais distintas dentro de sociedades africanas pré-coloniais. Motivações distintas, e frequentemente contrastantes, moviam seus habitantes — fossem agricultores, comerciantes, funcionários régios ou sacerdotes. Por isso, compreender o passado significa reconhecer que as sociedades são compostas por múltiplas vozes, trajetórias e interesses nem sempre harmoniosos.

Mesmo diante de uma possível retração, e apesar dos incentivos à agricultura, o comércio de goma-arábica não foi abandonado pelas autoridades. Pelo contrário, sua expansão foi uma parte fundamental do projeto de crescimento econômico do emirado Brakna. Nesse sentido, é necessário evidenciar o seguinte artigo do tratado de 20 de maio de 1819: “Ahmadou, rei da tribo dos Brakna, promete e compromete-se a favorecer por todos os meios que estiverem em seu poder o comércio de goma que se faz em sua feira e todo outro comércio que possa abrir-se em seguida entre os súditos do rei da França e os seus em toda a extensão de seu país”.²⁷ Por conseguinte, o comércio de goma-arábica permanecia relevante.

Não é difícil perceber como o tratado beneficiaria o emirado Brakna. Em primeiro lugar, os franceses continuariam pagando os tributos demandados para a realização do comércio. Em segundo, seriam construídos fortes guarnecidos para proteger os habitantes do emirado contra invasões de sociedades vizinhas. O emir, em particular, passaria a ser considerado um “amigo distinguido”. Finalmente, os franceses lhe pagariam tributos adicionais

²⁷ “Ahmadou Roi de la tribu des Bracknas promet et s’engage de favoriser par tous les moyens qui seront en son pouvoir, la traite de gomme qui se fait à son escale et tout autre commerce qui pourrait s’ouvrir par la suite entre les sujets du Roi de France et les siens dans toute l’étendue de son pays.” Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 93.

pela permissão de formar plantações em suas terras. Percebe-se como as relações entre a administração são-luisense e o emirado Brakna foram vantajosas para a aristocracia local.

O comércio de goma-arábica continuou ativo diante da colonização agrícola do vale do rio Senegal. Sua relevância econômica para as sociedades à beira-rio cresceu consideravelmente entre 1820 e 1830. Por outro lado, o projeto de Schmaltz fracassou depois de algum tempo. Martin Klein (2009, p. 907) descreve alguns dos problemas que enfrentou no reino do Waalo:

Havia muitos problemas. Embora o Brak do Waalo parecesse satisfeito com o projeto, muitos dos habitantes do Waalo ressentiam-se com as grandes concessões de terra e sabotavam os diques de irrigação. Os vizinhos do Waalo, Trarza, Fuuta Tooro e Kajoor, estavam descontentes com ele. Embora os franceses tivessem assinado acordos com os Trarza e com o Fuuta, não foram capazes de garantir a segurança necessária. Como resultado de anos de incursões escravistas, a densidade da população estava baixa, e a mão de obra não estava prontamente disponível.²⁸

Dois anos mais tarde, um novo tratado, datado de 25 de junho de 1821, repetia a maioria dos artigos do tratado de 20 de maio de 1819. É possível que o segundo documento não seja mais do que um apêndice do primeiro. Contudo, pode-se supor que houvera uma falha em sua execução, tornando necessária sua iteração. Enfrentaríamos, então, uma questão metodológica — a documentação em uso não é uma representação exata da realidade, mesmo que tenha sido oficializada por instâncias governamentais. Pelo contrário, como evidenciam os documentos, a ocorrência de guerras comumente ocasionava a

²⁸ “There were a number of problems. Though the Brak of Waalo seemed satisfied with the project, many of the people of Waalo resented the large land concessions and sabotaged the irrigation dikes. Waalo’s neighbors, Trarza, Futa Tooro, and Kajoor, were unhappy about it. Though the French signed agreements with Trarza and the Futa, they were not able to guarantee the necessary security. As a result of years of slave raiding, population densities were low and labor was not readily available”.

suspensão de acordos firmados. Afinal, os interesses das autoridades africanas e europeias variavam frequentemente.

Também há referências ao empreendimento colonial de Schmaltz no tratado de 25 de junho de 1821. Mencioná-las é pertinente para entender sua relação com o comércio de goma-arábica. O nono artigo do tratado determinava que, embora o emir saariano devesse incentivar todos os cultivos trabalhados, o do algodão seria prioritário. Entretanto, nenhum tratado traz informações detalhadas a respeito dessa cultura.

O mesmo artigo elucidava que tratamento deveria ser dispensado aos “negros”²⁹ que desertassem das plantações: “[...] e no caso de alguns dos negros desertarem das habitações que se poderão estabelecer sobre as terras que ele [o emir Brakna] concede assim como é expreso no artigo acima, o Rei Ahmadou obriga-se expressamente a fazer com que sejam retornados a seus proprietários sem resgate nem reaquisição”.³⁰ Do mesmo modo, “Em retorno o governo francês se obriga a devolver ao rei Ahmadou aqueles de seus súditos ou cativos que puderem desertar em uma possessão francesa”.³¹ Portanto, apesar de sua

²⁹ Farias promove uma discussão sobre o sentido de raça para os administradores coloniais e comerciantes europeus, de um lado, e para os trabalhadores escravizados do Senegal oitocentista, do outro. Segundo a autora, enquanto os primeiros estabeleceram uma relação direta entre comportamentos considerados reprováveis, como a preguiça e a vagabundagem, a escravidão e “negro”, os trabalhadores fluviais reafirmaram sua cor com o intuito de racializar sua necessidade de liberdade. Veja FARIAS, J. “Não há cativo que não queira ser livre!”: Significados da escravidão e da liberdade entre marinheiros do Senegal, século XIX. **Varia Historia**, [s. l.], v. 36, n. 71, p. 395–431, 2020.

³⁰ “[...] et dans le cas où quelques uns des noirs déserteraient des habitations qui pourront s’établir sur les terres qu’il concede ainsi qu’il est exprimé dans l’article ci-dessus, le Roi hamet-dou s’oblige expressément à les faire ramener à leurs propriétaires sans aucune rançon ni rachat.” Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 143.

³¹ “En retour le Gouvernement Français s’oblige à rendre au Roi hamet dou ceux de ses sujets ou captifs qui pourraient désertar sur les possessions françaises.” Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 143.

condição de liberdade, esses trabalhadores encontravam-se em uma situação análoga à dos próprios cativos do emir Ahmadou.

Os receios do emir Brakna referentes ao comércio de goma-arábica, manifestos em 1819, quer não se concretizaram, quer foram superados até 1821. Embora o tratado mais recente preservasse quase as mesmas condições do anterior, as suspeitas do chefe saariano não foram repetidas. O comércio de goma-arábica reteve sua importância até aquele momento, como indicado pela centralidade concedida a ele no acordo de 1821, e, até mesmo, anos mais tarde.

Frente à criminalização do comércio de seres humanos e da procura por fontes de renda alternativas, as plantações do governador Schmaltz não substituíram completamente o comércio de goma-arábica. Antes, ele continuou sendo incentivado e expandido, como veremos adiante, e teve, relativamente às lavouras, algo mais próximo de uma relação de complementaridade. O desenvolvimento de ambos esteve presente no projeto de crescimento econômico do emirado Brakna. Apesar do anúncio de sua retração em 1819, o comércio gomeiro persistiu, sobrevivendo, inclusive, às plantações francesas.

No final da década de 1830, já não há mais referências ao empreendimento colonial. Por outro lado, o contrabando incessante da resina saheliana fez com que, a 9 de maio de 1839, autoridades africanas e europeias se encontrassem para estabelecer mais um tratado.³² Uma onda de violência, realizada pelos súditos do emir Ahmadou, passou a cobrir os contrabandistas são-luisenses. Mediante o novo tratado, esperava-se solucionar ambos os contratempos de uma só vez.

³² No vale do rio Senegal do século XIX, o contrabando parece ter-se referido à prática do comércio fora dos mercados selecionados. Esses espaços eram escolhidos coletivamente pelas autoridades africanas e europeias, e sua delimitação pode ter ajudado a garantir que a circulação de mercadorias se mantivesse sob controle; que os desentendimentos surgidos seguissem o devido processo legal; que os tributos pagos às organizações políticas locais fossem devidamente coletados; e que as trocas se mantivessem, de um modo geral, justas.

Uma vez flagrados, os contrabandistas deveriam pagar ao emir Brakna o tributo equivalente à tonelagem de seus navios, assim como os demais comerciantes europeus. Com sua dívida quitada, eles poderiam continuar comercializando livremente. Se a feira real estivesse fechada, o tributo valeria para o ano seguinte. O emir deveria despachar os navios contrabandistas ao comandante da feira real ou, caso ela estivesse suspensa, ao entreposto de Dagana. Os navios confiscados pelas autoridades francesas teriam o mesmo fim. Finalmente, o ministro do emir imporá um embargo aos contrabandistas e recolherá deles o tributo obrigatório.³³ No emirado Brakna, uma burocracia consolidada estava envolvida no comércio fluvial.

Por sua vez, o emir Ahmadou, “[...] preocupando-se em preservar a boa inteligência que reina entre o Senegal e os Brakna [...]”,³⁴ afirmou que pagaria o dobro do valor das pilhagens cometidas e dos danos causados por seus súditos às embarcações francesas. À primeira vista, o comércio de goma-arábica tornou-se, mais do que para as outras sociedades da região, indispensável à economia do emirado Brakna. Segundo Taylor (1995), seu envolvimento no comércio euro-africano provocou uma ruptura com suas instituições históricas. Para o pesquisador, a integração da bacia do Senegal na economia europeia levou a uma transformação política nas sociedades do Sahel Ocidental durante o século XIX. À medida que se consolidou o controle europeu sobre a região, a hegemonia da aristocracia Brakna sobre comunidades nômades menos poderosas, das quais cobravam tributos, foi erodida. Como consequência, aumentou a mobilidade política e social no interior do continente.

³³ Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 292-294.

³⁴ “[...] ayant à coeur d’entretenir la bonne intelligence qui règne entre le Sénégal et les Bracknas [...]” Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 294.

No momento da assinatura do tratado de 9 de maio de 1839, é plausível supor que a taxa demandada pelos franceses sobre os cofres reais fosse excessiva, representando um ônus considerável para o emir. Segundo a documentação europeia, sua principal fonte de riqueza derivava justamente do comércio conduzido pelos franceses nas feiras do emirado — o que tornaria a imposição tanto mais sensível.

Ainda assim, é importante não desprezar as ações dos súditos Brakna, que não se conformaram facilmente aos compromissos firmados entre o emir e a administração de São Luís. Sua desobediência pode ser lida como a representação de interesses distintos dos da elite política — como, no episódio em tela, a perda imediata de lucros em decorrência do contrabando de goma-arábica — e, ainda, como indício de sua capacidade de ação. Embora a documentação não forneça muitos detalhes a seu respeito, tais registros apontam para a presença ativa dessas camadas no cenário econômico e político do emirado.

Emirado Dowiche

A leste, o emirado Brakna encontra o emirado Dowiche, mais distante do oceano Atlântico. Há apenas dois tratados estabelecidos entre a administração são-luisense e os Dowiche, datados de 7 de fevereiro de 1821. Ambos, relativamente curtos, centram a mesma questão: a criação de uma nova feira, próximo ao posto de Bakel, no alto rio Senegal. Objetivava-se que o comércio de goma-arábica fosse expandido para o interior. As poucas informações existentes na documentação sobre o emirado Dowiche são, não obstante, essenciais para entender o funcionamento do comércio gomeiro no sertão da África Ocidental.

Recorde-se o contexto socioeconômico das primeiras décadas do século XIX. Confrontada com a criminalização do comércio de seres humanos, a

administração de São Luís procurou alternativas ao comércio de seres humanos. Como dito, incentivou-se a criação de lavouras ao longo do rio Senegal. A proposta, encabeçada pelo governador Schmaltz, não foi bem-sucedida, mas adviera de um ideal abolicionista de desenvolvimento das sociedades africanas por meio da agricultura. A proposta também foi uma tentativa de variar o ganha-pão do entreposto francês, uma vez que o comércio de goma-arábica não só estava maioritariamente sob controle africano como condicionado a fatores naturais específicos. Para a administração são-luisense, as novas plantações seriam, a princípio, mais manobráveis.

Apesar de sua instabilidade, o desenvolvimento do comércio de goma-arábica foi uma das estratégias utilizadas por São Luís para contrabalançar as perdas causadas pela criminalização do comércio de seres humanos. Assim, a expansão do comércio gomeiro para o alto rio Senegal pode ser interpretada como uma indicação de sua vitalidade. Seu crescimento em direção ao sertão oeste-africano decorreria de uma necessidade econômica imposta por transformações globais.

Ao mesmo tempo, é importante considerar a posição das sociedades africanas diante do desmantelamento do comércio de seres humanos. Segundo a documentação, algumas das sociedades do vale do rio Senegal exportavam cativos na década de 1780.³⁵ Diante do fim de uma de suas fontes de renda mais lucrativas, as sociedades escravizadoras estariam igualmente interessadas no descobrimento de uma alternativa de enriquecimento. O comércio de goma-arábica, presente na região desde o século XVII, seria uma resposta natural a seu problema.

³⁵ Refiro-me aos emirados Brakna e Trarza. Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L'Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, página 19; 33. Sabe-se, entretanto, que uma porção considerável dos indivíduos escravizados importados, pelos franceses, da África Ocidental provinha do alto rio Senegal, tornando verossímil a hipótese de que os Dowiche estiveram envolvidos em tal comercialização. MCLANE, op. cit., p. 41.

Além disso, a expansão do comércio de goma-arábica para o sertão oeste-africano pode ter sido incentivada pela crise produtiva potencialmente experimentada, naquele mesmo ano de 1821, pelo emirado Brakna. Possivelmente, o plano de desenvolvimento econômico da sociedade Brakna foi, inclusive, uma resposta às mesmas transformações estruturais. O projeto consistia, por um lado, na delimitação de porções de terra para a criação de lavouras pela administração de São Luís e, por outro, no fomento ao comércio de goma-arábica. Assim, é evidente que o comércio de goma-arábica foi uma opção digna de consideração tanto para africanos quanto para europeus.

Por meio dos tratados de 7 de fevereiro de 1821, o emir Dowiche prometia construir um centro comercial nos arredores do entreposto de Bakel. Além disso, ele prometia enviar ao local toda a produção de goma-arábica de sua sociedade e proteger o comércio ali realizado entre os europeus e seus súditos: “O rei dos Dowiche compromete-se a formar um mercado em frente à vila de Bakel, a ali enviar todas as gomas recolhidas em seu país, a proteger o comércio entre os brancos e seus súditos”.³⁶ Por sua vez, no fim das negociações, os franceses pagariam um determinado tributo ao emir e aos príncipes do emirado.³⁷ A criação de um mercado distante da costa atlântica contribuiria para o aumento concomitante dos rendimentos do entreposto europeu e do emirado em questão.

Se houve, de ambas as partes, um interesse pela interiorização do comércio de goma-arábica, também se percebe que sua expressão concreta não seria a mesma para cada uma delas. Como demonstrado pelo trecho acima, os

³⁶ “Le Roi des Dowiches s’engage à former une escale vis à vis du village de Bakel à y envoyer toutes les gommes recueillies dans son pays, à protéger le commerce entre les blancs et ses sujets.” Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 113.

³⁷ Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 114.

comerciantes franceses desde logo se empenharam a garantir o monopólio da mercadoria no novo mercado. Assim, seus interesses econômicos, já manifestados no fim do século XVIII, não foram abandonados. Tal como procuraram monopolizar o comércio de goma-arábica no baixo rio Senegal, os europeus perseguiram-no, agora, rio acima.

No novo mercado, um representante real, responsável por velar sobre os interesses do soberano Dowiche, estaria posicionado. Quaisquer reclamações deveriam ser dirigidas a Hesse, o comandante do posto de Bakel: “O rei dos Dowiche terá sempre no mercado de Bakel um delegado que será encarregado de velar por seus interesses e que deverá dirigir-se ao comandante do posto todas as vezes que tiver alguma reclamação a fazer”.³⁸ Contudo, argumento que essa condição não simbolizou a sujeição das autoridades africanas à administração europeia. Antes, do ponto de vista nativo, é mais provável que Hesse não fosse mais do que o representante da comunidade mercantil francesa em seu território, cujos cuidados estavam em suas mãos. Uma situação semelhante é descrita em outros tratados, obrigando autoridades tanto africanas quanto europeias a responder pelos insultos de seus respectivos subordinados à parte contrária, informando-se mutuamente do incidente.³⁹

Para cada barril de goma-arábica comercializado, o rei receberia 1 (uma) peça de Guiné. Esse tributo somava-se a outros, determinados conjuntamente pelas autoridades signatárias. As mercadorias solicitadas indicam-nos que, mais do que expandir o comércio de seu reino, o soberano preocupava-se com seu armamento (solicitou balas, fuzis, pederneiras e pólvora) e com sua inserção

³⁸ “Le Roi des Dowiches aura toujours à l’escale de Bakel un délégué qui sera chargé de veiller à ses interets et qui devra s’adresser au Commandant du poste toutes les fois qu’il aura quelques reclamations à faire.” Archives Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 114-115.

³⁹ Veja, por exemplo, Nationales du Sénégal, Fonds de L’Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 91-102; 203-211.

no comércio intercontinental, cuja porta de entrada era, para ele, o rio Senegal (solicitou açúcar mascavo, cravo, peças da Guiné, pranchas e tecidos escarlates).⁴⁰ Desse modo, observamos, do lado africano, a reivindicação de uma participação ainda maior nas redes comerciais que interligavam as sociedades do interior da África Ocidental ao oceano Atlântico e além.

Por tudo isso, é evidente o alto grau de integração das sociedades do vale do rio Senegal no período em questão. Embora anterior à presença efetiva dos europeus na região, essa integração foi intensificada pelas trocas realizadas com os comerciantes estrangeiros, dando origem a uma cultura comercial própria. Suas principais características incluem a ubiquidade das peças de Guiné como moeda de troca, a centralidade do comércio de goma-arábica e a celebração de tratados — como os aqui analisados — como importantes instrumentos diplomáticos.

Considerações finais

O comércio de goma-arábica permaneceu frutífero para a economia do vale do rio Senegal ao longo do século XIX. Sua expansão para o alto rio, promovida por autoridades africanas e europeias, demonstra sua vitalidade e sua centralidade para a formação de uma cultura econômica e política própria nos mercados ribeirinhos. Todavia, como se viu, essa dinâmica acirrou a desigualdade social: enquanto as aristocracias locais acumularam riqueza e poder, as pessoas comuns foram cada vez mais empregadas, sob condições degradantes, na agricultura, seja para o abastecimento dos mercados à beira-rio, seja para a alimentação dos coletores de goma-arábica. Assim, os tratados consultados revelam não apenas a inserção da região nos circuitos comerciais

⁴⁰ Nationales du Sénégal, Fonds de L'Afrique Occidentale Française (A.O.F.) 1895–1959, série 13G, documento 13G1, p. 115-116.

globais como as diferentes experiências vividas por grupos sociais distintos, ressaltando a complexidade das sociedades do vale do rio Senegal oitocentista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CURTIN, P. **Economic change in precolonial Africa: Senegambia in the era of the slave trade**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1975.

FARIAS, J. “Não há cativo que não queira ser livre!”: Significados da escravidão e da liberdade entre marinheiros do Senegal, século XIX. *Varia Historia*, [s. l.], v. 36, n. 71, p. 395–431, 2020.

_____. Um novo cativo? O fim do tráfico de escravizados e os engagés à temps no Senegal (1817-1848). *Afro-Ásia*, [s. l.], n. 65, p. 281–337, 2022.

FRAZÃO-MOREIRA, A. Rotas, mercados e eliK: Das caravanas à apropriação local da goma-arábica na modernidade de um oásis mauritano. In: DA SILVA, M. (org.). *Castelos a bombordo: Etnografias de patrimônios africanos e memórias portuguesas*. Lisboa: Etnográfica Press, 2013. p. 211–230.

GREEN, T. **Africa and the price revolution: Currency imports and socioeconomic change in West and West-Central Africa during the seventeenth century**. *The Journal of African History*, [s. l.], v. 57, n. 1, p. 1–24, 2016.

HALL, B. **A history of race in Muslim West Africa, 1600–1960**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2011.

KLEIN, M. **Slavery and colonial rule in French West Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. **Slaves, gum, and peanuts: Adaptation to the end of the slave trade in Senegal, 1817-48**. *The William and Mary Quarterly*, [s. l.], v. 66, n. 4, p. 895–914, 2009.

LAW, R. (org.). **From slave trade to “legitimate” commerce: The commercial transition in nineteenth-century West Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

LYDON, G. **On trans-Saharan trails: Islamic law, trade networks, and cross-cultural exchange in nineteenth-century Western Africa**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009.

MALACCO, F. **Goma-arábica: Produção saheliana, demanda atlântica, poder senegambiano (séc. XVII)**. Esboços, [s. l.], v. 31, n. 57, p. 162–178, 2024.

MOTA, T. **História atlântica da islamização na África Ocidental: Senegâmbia, séculos XVI e XVII**. 2018. 373 f. Tese (Doutoramento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

NOBILI, M. **Back to Saharan myths: Preliminary notes on 'Uqba al-Mustajab**. Annual Review of Islam in Africa, [s. l.], n. 11, p. 79–84, 2012.

OULD-CHEIKH, A. **Homo scolasticus dans le désert: Autour d'une controverse juridique sur le statut de la gomme arabique dans le Sahara maure (XIXe-XXe s.)**. Die Welt des Islams, [s. l.], v. 64, n. 2/3, p. 197–226, 2024.

SALVAIN, B. **Islam in Sub-Saharan Africa, 800-1900**. In: NGOM, F.; KURFI, M.; FALOLA, T. (org.). The Palgrave handbook of Islam in Africa. Londres: Palgrave Macmillan, 2022.

TAYLOR, R. **Warriors, tributaries, blood money and political transformation in nineteenth-century Mauritania**. The Journal of African History, [s. l.], v. 36, n. 3, p. 419–441, 1995.

WEBB JUNIOR, J. **Desert frontier: Ecological and economic change along the Western Sahel, 1600–1850**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1995.

_____. **The trade in gum arabic: Prelude to French conquest in Senegal**. The Journal of African History, [s. l.], v. 26, n. 2–3, p. 149–168, 1985.